



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13982 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO POR CRIANÇAS HUNI KUIN: PEGADAS AUTORAIS RETICULARES

José Valderi Farias de Souza - UFAC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Valeria Milena Rohrich Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO POR CRIANÇAS HUNI KUIN: PEGADAS AUTORAIS RETICULARES

Resumo

Trata-se de pesquisa desenvolvida com 16 crianças Huni Kuin, com idades entre 06 a 12 anos, com o objetivo de compreender como as crianças encontram formas próprias de dar significado a suas práticas cotidianas na aldeia. Utilizou-se a pesquisa qualitativa (durante três visitas de uma semana à aldeia), a partir de desenhos das crianças e também conversando e acompanhando-as em seus afazeres diários, como a pescaria, idas ao roçado, reuniões comunitárias, na participação delas nos rituais, festividades, danças e pinturas corporais. Como principais referenciais teóricos utilizou-se: Norbert Elias (sociologia), Michel de Certeau (história e sociologia), Aracy Silva (antropologia e infância), dentre outros. A pesquisa evidenciou como as crianças -vivendo em espaços culturais tensionados tanto pelos aspectos históricos, quanto sócio-políticos e econômicos atuais-, alteram, negociam, se colocam nos espaços em que vivem, demonstrando uma atitude colaborativa frente ao grupo e propositiva quanto aos rituais e festividades. Mergulhando em suas configurações, observou-se que alteram e “esticam” o tempo para que, além dos afazeres da aldeia e da escola, possam brincar mais e também descobrir novos territórios. Nesse sentido, observou-se a produção de “pegadas autorais reticulares” nos territórios que produzem.

Palavras-chave: criança indígena; redes de interdependência; relações de poder; territórios reticulares.

Introdução

Trata-se de uma pesquisa realizada com 16 crianças indígenas Huni Kuin (Kaxinawá), com idades entre 06 a 12 anos, localizadas na terra indígena Katukina/Kaxinawá, município de Feijó-AC, região onde habitam cerca de 1.259 sujeitos desta etnia. O objetivo da pesquisa

consistiu em compreender como as crianças, em suas redes de interdependência, veem, atuam e alteram os seus cotidianos, enquanto sujeitos que dão significado a tudo o que fazem dentro de seus territórios, tensionados pelo momento histórico em que vivem. São crianças que vivem em seu cotidiano as vicissitudes da vida, atravessadas por tensões nas figurações (ELIAS, 1994) das quais fazem parte, em que o poder e as contradições históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais, são elementos marcadamente presentes em suas vidas.

Na Amazônia, como mostrado na pesquisa de campo, a criança do povo Huni Kuin vive a cada dia, as inseguranças que historicamente têm marcado as suas vidas. Inseguranças estas, oriundas da diversidade das tensões de uma história cujo roteiro tem sido construído por meio de perseguições, discriminações, assassinatos, mas também pela luta e resistência permanente, como foi ressaltado pelas variadas manifestações das crianças, observadas em suas falas (quando expressam o que ouviram nas reuniões coletivas de seu povo ou o que viram na televisão).

Os povos que vivem na Amazônia, como também indígenas habitantes das diversas regiões brasileiras, têm sofrido, ao longo da história, as consequências da ausência permanente de políticas públicas que possam efetivamente assegurar direitos fundamentais e essenciais às suas existências, como viver com segurança em terras cujo direito lhes é assegurado em lei. Esta garantia é expressa na Constituição Federal (CF-1988) brasileira, em seu Art. 23, que destaca que as terras indígenas brasileiras são de usufruto exclusivo, sendo “[...] reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar os seus bens.”

No entanto, e apesar da lei federal assegurar direitos fundamentais e inegociáveis aos povos indígenas brasileiros, esta pesquisa demonstrou não ter existido na história recente tão elevado grau de discurso belicoso, racista e de ódio, sistematicamente proferido pelo representante máximo do Estado brasileiro (Governo Federal Jair Bolsonaro, 2019-2022), em desfavor dessas minorias. Foram discursos que ferem frontalmente a lei e provocam o ódio, gerando uma onda de perseguição aos povos tradicionais e fazendo replicar discursos equivocados e Fake News que perduram e ainda reverberam em ações presentes, bastando que se observe o que vem acontecendo atualmente como os povos Ianomâmis aqui mesmo na Amazônia.

Epistemologicamente, este estudo ancora suas análises nas categorias construídas pelo sociólogo Norbert Elias (1994), particularmente ao ressaltar as contradições, tensões e relações de poder vivenciadas pelas crianças em suas redes de interdependência, procurando entender o lugar ocupado por elas nesta figuração e as variadas formas com que lidam com as diversas instituições, sejam elas religiosas, culturais, ou aquelas impostas pelo poder devastador e predatório do minério e do agronegócio, do tráfico de drogas, dos desmatamentos e queimadas. Também se utiliza dos estudos de Michel de Certeau (1998) analisando-se as táticas de sobrevivências construídas pelos Huni Kuin, e dentre eles, as

crianças, na luta do mais fraco diante das estratégias de grupos opressores. Por outro lado, as análises apresentadas por Aracy Silva (2002), ajudam a demonstrar o poder que tem a criança de criar e ressignificar os artefatos que acessa e constrói em seu cotidiano, ou ainda, os estudos antropológicos acerca da infância indígena que analisa a construção dos corpos infantis apresentados por Clarice Cohn (2013).

Por seu espírito sempre atento e colaborativo, as crianças Huni Kuin fazem-se indispensáveis na dinâmica coletiva da aldeia, demonstrando muito envolvimento na preparação e realização das festividades culturais e, mesmo que vivenciando uma autonomia relativa, existente até mesmo nas sociedades indígenas -embora sua autonomia apresente-se bem mais elástica do que nas sociedades capitalistas como um todo-, parecem ter um pouco mais de controle sobre o tempo, uma certa liberdade para alterá-lo, manipulá-lo a seu favor. Ao ser designada, por exemplo, a transmitir um recado ao vizinho, atividade que levaria alguns minutos, ela pode “esticar” esse tempo de modo a incluir algumas brincadeiras no caminho, sem que com isso, deixe de cumprir com o que lhe fora designado.

Metodologia

Realizou-se conversas com 16 (dezesesseis) crianças, com idade entre 6 e 12 anos. Para selecionar as crianças participantes, a princípio, buscou-se o envolvimento nas suas atividades diárias, como: participando das atividades esportivas nos campinhos das comunidades; ajudando-as quando eram solicitadas pelos adultos a que pegassem água no açude; participando do plantio e limpeza dos roçados; indo ao rio Envira pescar ou conferindo se havia peixes nas redes deixadas em espera; acompanhando-as em atividades escolares; dentre outras atividades que faziam parte de suas vidas diárias.

A ideia não foi escolhê-las indicando diretamente cada uma delas, mas procurando construir condições, diálogos e momentos que pudessem despertar confiança e conhecimento mútuo entre elas e o pesquisador, de forma que as próprias crianças, cada uma a seu tempo, pudessem ir declarando o desejo de participar livremente do estudo. Deixou-se bem nítido, desde o primeiro momento, que ninguém era obrigado a participar e que todas tinham plena liberdade de abandonar a pesquisa, sem que precisassem apresentar qualquer justificativa, no momento em que não se sentissem mais confortáveis para continuar participando.

Mais que entrevistar os participantes, entende-se que em pesquisas com crianças é fundamental a postura dialógica do pesquisador, pessoa que se coloca em atitude não hierárquica, em que o poder, se existe, não está centrado nele, mas é compartilhado entre todos. Um segundo critério utilizado para a seleção das crianças, é que fossem moradoras das referidas aldeias, e que residissem lá há pelo menos 2 (dois) anos.

Análise e discussão de resultados

A criança indígena no Brasil, assim como as populações indígenas adultas, compõem o roteiro de uma triste história atravessada pela violência e esbulho de suas terras, pelas

"correrias" (no caso dos Huni Kuin do Acre), violência essa que diminuiu e delimitou seus territórios e os forçou a um exílio em seu próprio país.

No caso da criança indígena, como apontado por pesquisas produzidas nos últimos anos e acessadas a partir do levantamento realizado na base de dados da Capes e da Scielo, a criança age, tem uma autonomia relativa (com relação a adultos, a diversas situações políticas, econômicas etc) e também tem influência na dinâmica cotidiana na qual vive, mesmo quando são consideradas as crianças bem pequenas.

A partir desta pesquisa que utilizou o referencial eliasiano, observou-se também que a balança de poder pendeu um pouco mais a favor das crianças, especialmente pelo espírito de cuidado, pertencimento e produção de uma responsabilidade coletiva desenvolvida na comunidade. A criança pareceu desenvolver mais a autonomia, podendo influenciar nas disposições, nos tempos, espaços, rituais e instituições da aldeia. Esse poder, no entanto, assim como os fios que constituem as redes de cada indivíduo, não pode ser compreendido como simetrias sociais, já que para Elias, somos sujeitos interdependentes, tecendo, de alguma forma, a vida em meio a condicionantes construídos ao longo do processo civilizatório e do qual somos indissociáveis. O poder, lembra Elias, "não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações humanas". (ELIAS, 2008, p. 81).

Assim, a aldeia continua a sofrer as pressões do colonizador, do homem branco que impõe sempre a sua forma de vida, negando a história dos povos que coloniza, sua cultura e a sua possibilidade enquanto sujeito de cultura/s diversas, unificando-o em torno de um único significado, tornando-o "igual" e estigmatizando-o. Isso é demonstrado, por exemplo, pelas crianças quando vão à cidade, cujo preconceito é relatado com frequência:

Jussara: Eu não ligo para as pessoas que não gostam de nossas pinturas, eu gosto de me pintar e me pinto todo dia. (JUSSARA KAXINAWÁ, 10 anos);

Iara: As pessoas são violentas e não gostam de índio. Mataram um menino lá em Feijó e depois enterraram. Eu conhecia ele, ele era o filho do cacique da aldeia Paroá que fica lá pra baixo, pegando a canoa e descendo o rio Envira. (IARA KAXINAWÁ, 11 anos).

Em certa ocasião, depois de vender os artesanatos e procurando abrigo do sol quase insuportável do meio dia, Tainá (12 anos), relata que juntamente com sua mãe, procuraram um lanche com a intenção de tomar um suco e comer um pastel. Enquanto aguardavam o lanche, as duas ouviram a dona do estabelecimento dizer: "não gosto desse povo fedorento, se esses índios tivessem vergonha não frequentavam o meu lanche."

Ela disse que se sentiu muito mal, pensando como era ruim ser discriminada. Porém, sua mãe não emudeceu ou paralisou perante o ato. Pegou o suco, levantou-se e dirigiu-se àquela senhora, dizendo: "O que a senhora tá fazendo é preconceito, nós não merecemos isso, somos brasileiras como a senhora e temos os mesmos direitos, se a senhora não pedir

desculpas vou lhe processar! A senhora ficou surpresa e pálida, logo pediu desculpas.” (TAINÁ, 12 anos).

Em contrapartida, e numa aproximação com Certeau (2019), as crianças, mesmo tomadas por forte tensão, ao seu modo, e dentro das condições de como o poder está configurado, conseguem construir táticas de resistência, na medida em que observam e participam da vida cotidiana da aldeia, como bem ressalta Iandara (12 anos): “Eu entro em todo lugar. Eu vejo o pajé rezando nas pessoas, eu vou pra reunião da comunidade. Quando o pessoal da saúde vem atender aqui, eu vou também, mesmo quando não estou doente, só pra ficar olhando mesmo”. (IANDARA KAXINAWÁ, 11 anos). Ou ainda quando, ativamente, ajudam a planejar e depois participam dos rituais e das festividades tradicionais de seu povo; quando colaboram, necessariamente, com a pesca, a caça, o plantio e a colheita nos roçados; quando conectam as pessoas e as aldeias através de seus recados.

Considerações finais

Esta pesquisa, constatou que as crianças, na medida em que brincam e adentram os diversos espaços, vão construindo e reconfigurando seus territórios, os tornando mais elásticos e capazes de transbordar os limites historicamente impostos à aldeia. Algumas, durante a semana, residem em casas de parentes na cidade, para estudar; algumas acessam novas tecnologias, por meio do celular, quando estão na cidade; mas, quase todos alargam, cotidianamente, esses territórios na própria aldeia ou por meio da criação de um novo carreirinho na mata, de um novo lugar para brincar ou criando uma nova brincadeira. As crianças, ao mesmo tempo em que estão desenvolvendo algum trabalho para os pais ou comunidade, criam intervalos, interstícios que lhes permitem jogar um pouco com esse tempo, esticando-o, suspendendo-o (congelando-o de certa maneira), para que nele seja incorporada uma brincadeira. A brincadeira, nesses casos, constitui-se, podemos dizer assim, como um fôlego (num espaço duro e tensionado), em que elas conseguem criar um tempo e um espaço que, a princípio, não existia.

Assim, as crianças, pela forma como vão criando e conectando os lugares do cotidiano às brincadeiras, e vice-versa, tecem o que se chamou de "pegadas territoriais reticulares e autorais", pois, os fios que tecem na aldeia estão sempre em movimento, alargando possibilidades de brincar e experienciar o espaço.

Por outro lado, as crianças demonstraram também uma nítida consciência de que vivem em ambientes tensionados por todos os lados e expressam isso por meio de suas falas, desenhos e pela forma como se manifestam em brincadeiras e atividades coletivas. As tensões vivenciadas por elas são oriundas da distribuição desigual do poder em suas redes e denotadas por meio da violência e pressão que sofrem por viver exprimidas em territórios cada vez menores e mais cobiçados por caçadores, madeireiros, mineradores, pecuaristas, traficantes, latifundiários e pelo agronegócio (com as suas muitas facetas), seja pela ausência de políticas públicas estatais diferenciadas e específicas. É nesta configuração que vivem e agem as

crianças da pesquisa.

Referências

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas-SP: Papirus, 2019.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SILVA, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwê-Xavante. In: SILVA, Aracy da S; MACEDO, Ana Vera L. S.; NUNES, Silva (Org.). **Crianças Indígenas**: Ensaaios Antropológicos. São Paulo: Global, 2002.